

Senadores criticam: governo aperta estados e socorre bancos

Formas diferentes adotadas pelo governo no tratamento da crise deixam descontentes os parlamentares, que ampliam limite de rolagem da dívida da Bahia

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Romero Jucá que transfere para o Congresso a competência para autorizar a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas. O projeto determina ainda que seja ouvida a comunidade interessada na decisão. Página 2



Benedita protesta contra assassinato de adolescentes

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem ao ministro da Justiça que determine providências visando à apuração



Benedita

do assassinato de José da Silva e Edson dos Santos, líderes do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em Recife.

Segundo a senadora, José da Silva foi depoente na CPI que investigou o extermínio de crianças e adolescentes no país e apontou pessoas e personalidades envolvidas. Desde então ele denunciava que estava com a vida ameaçada, embora não mais estivesse vivendo na rua, mas trabalhando no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Segundo a senadora, o assunto merece ser discutido inclusive pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Cabral condena decisão de concentrar investimentos

Com a afirmação de que os investimentos no desenvolvimento do país não podem ser definidos por burocratas em Brasília, o senador Bernardo Cabral (AM) criticou ontem a posição da ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dorothea Werneck, que se manifestou contra a instalação de uma fábrica de cinescópios da Samsung na Zona Franca de Manaus.

O senador disse que decisões governamentais tomadas sem o profundo conhecimento das diversas realidades do país só contribuem para agravar os desequilíbrios regionais. Criticou energicamente a exclusão de entidades do Amazonas na deliberação

de investimentos para aquela região e explicou que é extremamente inconveniente que a fábrica da Samsung não seja instalada na Amazônia, visto que o parque eletrônico está situado lá.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), defendeu o direito de o povo amazense ser ouvido a respeito de tudo que diz respeito àquela região. Cabral também foi apartado

pelos senadores Waldeck Ornellas (PFL-BA), Onofre Quinan (PMDB-GO), Romeu Tuma (SP) e Roberto Freire (PPS-PE), todos criticando a política de concentração de investimentos econômicos em áreas já desenvolvidas do país.



Cabral

A sociedade vem sendo punida pelos juros altos e pela decisão do governo de ajudar os bancos. O ponto de vista foi defendido pelo líder do PMDB, Jáder Barbalho, um dos senadores que participaram do debate ontem no plenário, em que se comparou o aperto financeiro imposto aos estados com o socorro aos bancos em situação difícil. Jáder disse que os estados estão em dificuldade porque os juros altos inviabilizam suas finanças.

Edison Lobão reclamou para os estados um programa semelhante ao Proer, criado pelo Ministério da Fazenda para incentivar a fusão e a incorporação de bancos em crise.

A origem da discussão foi uma emenda apresentada por Waldeck Ornellas a um projeto de resolução que autoriza o governo da Bahia a emitir letras financeiras para rolar 98% de sua dívida mobiliária. Waldeck propôs a rolagem integral. Sua proposta recebeu críticas do senador Wilson Kleinübing, mas acabou aprovada com o voto favorável dos senadores que criticaram a diferença no tratamento dispensado a bancos e a estados em dificuldades.

Discutiram o tema também os senadores Lúdio Coelho, Jefferson Peres, Carlos Bezerra e Esperidião Amin. Página 3

Aprovado parecer sobre patentes

Página 4

Autorizados novos créditos suplementares

O Congresso Nacional aprovou ontem 14 projetos de lei que autorizam o governo a abrir aos Orçamentos Fiscal da União, da Seguridade Social e de Investimentos créditos suplementares superiores a R\$ 4 bilhões, destinados a órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a empresas estatais. Os projetos aprovados vão à sanção presidencial.

Empresas estatais, em sua maioria do Sistema Telebrás, receberão a maior parte desses recursos. Para a expansão do sistema telefônico e implantação de telefonia celular foram destinados R\$ 2,6 bilhões. Ao Ministério da Fazenda coube R\$ 1 bilhão para o pagamento de compromissos externos do Tesouro Nacional.

Foram aprovados ainda projetos que concedem recursos adicionais ao Estado-Maior das Forças Armadas e Ministérios da Aeronáutica (R\$ 178 milhões), do Meio Ambiente (R\$ 27,1 milhões) e da Justiça (R\$ 26,6 milhões).

Congresso decidirá sobre exploração em terra indígena

Aprovado projeto que determina a audiência da população interessada

Só o Congresso poderá autorizar a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas, depois de ouvir as comunidades afetadas, segundo estabelece projeto de lei de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Outro projeto acolhido pela



Romero Jucá

comissão, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), reduz de cinco para três anos o tempo mínimo necessário de cadastramento do trabalhador no PIS/PASEP, ou no Cadastro Nacional do Trabalhador, para que ele receba o abono salarial equivalente ao valor de um salário mínimo.

Comissão aprova embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem, por unanimidade, duas indicações de embaixadores: Raphael Valentino Sobrinho, para a República do Panamá, e Helder Martins de Moraes, para as Repúblicas de Serra Leoa e da Libéria, cumulativa-

mente com Gana.

Também foram aprovados os textos de diversos acordos internacionais. Ao final dos trabalhos de ontem, Antonio Carlos informou que as três comissões do Senado que analisam o caso Sivam deverão ouvir na próxima terça-feira (dia 12) o ministro da Aeronáutica, Lélcio Lobo.

Dutra quer venda da Vale decidida no voto

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apelou ontem ao plenário para que vote, na próxima quarta-feira, seu projeto que modifica a lei das privatizações. Pretende o parlamentar que o governo submeta à deliberação do Poder Legislativo a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Dutra viu como manobra protelatória a inversão de pauta que impediu a votação do seu requerimento de urgência para o projeto.

Ele receia que a matéria termine ficando para o próximo ano e lembrou que, desde agosto, tenta submetê-la à deliberação do plenário, vendo sempre o assunto ser adiado.

"Faço aqui um apelo para que o projeto seja votado quarta-feira. Se o governo quer derrubá-lo, que o derrube, mas que cada um vote de acordo com sua consciência", sugeriu.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (12.12.95)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 89/95, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; *PLS nº 38/95, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul, e *PLS nº 47/95, que institui o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.

Quarta-feira (13.12.95)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *PLS nº 75/95, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial.

Quinta-feira (14.12.95)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substitutivo do Senado aos PLCs nºs 137/92 que dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança, 28/95, que estabelece teto para o valor das taxas de inscrição em concursos públicos

e proíbe sua cobrança para candidatos pobres, e 38/94, que modifica o art. 1.017 do Código de Processo Civil, acrescentando-lhe os parágrafos 5º e 6º, para atribuir ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros necessários, direito de levantamento de importâncias depositadas em nome do falecido.

Sexta-feira (15.12.95)

9h - Sessão Ordinária do Senado.

Pauta: Requerimentos nºs 1.183/95, solicitando a inclusão em Ordem do Dia da PEC nº 20/95, e 1.193/95, solicitando a inclusão do PLC nº 13/91 - Complementar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das MPs.

COMISSÕES

Terça-feira (12.12.95)

10h - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com o presidente da RFFSA, Isaac Popoutchi sobre a desestatização da rede, com ênfase no programa de investimentos a ser incluído nos editais de privatização, especialmente na área de negócios do Centro-Leste. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Fiscalização e Controle (reunião conjunta)

Pauta: Comparecimento do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélcio Viana Lobo. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Senadores questionam ajuda aos bancos e rigor com os estados

Plenário decide rolar 100% de dívida da Bahia, depois de muito debate. Previsões sobre situação das finanças estaduais são pessimistas, caso não se adotem providências

Ao votarem ontem um pedido de rolagem de dívida do governo da Bahia, os senadores promoveram um intenso debate sobre a crise financeira dos estados e a decisão do governo de ajudar os bancos em dificuldades. "Por que não se pode salvar os estados com um programa como o Proer?", questionou o senador Edison Lobão (PFL-MA). O Proer é o programa criado pelo Ministério da Fazenda para incentivar a fusão e a incorporação de bancos em crise.



Jádér



Lobão



Bezerra

O líder do PMDB, senador Jádér Barbalho (PA), afirmou que a sociedade vem sendo punida pelos juros altos e pela decisão do governo de ajudar os bancos. "Os juros altos penalizam todos os brasileiros e inviabilizam as finanças estaduais. O Proer

também afeta os brasileiros, pois a conta será paga pela sociedade", assinalou. Jáder disse que ficou assustado quanto o secretário da Fazenda de Minas Gerais garantiu que a dívida do estado "quase triplicou neste ano por causa dos juros altos".

Já o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) previu que cinco estados sofrerão intervenção logo no início de janeiro caso não consigam arumar dinheiro.

Emenda sobre rolagem gera polêmica

A origem da polêmica envolvendo o Proer foi uma emenda apresentada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) a um projeto de resolução, com parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA), que autoriza o governo da Bahia a emitir letras financeiras para rolar 98% de sua dívida mobiliária. Ornelas propôs aumento para 100%. O senador



Waldeck

Vilson Kleinübing (PFL-SC) protestou contra a emenda, lembrando a existência de um acordo de líderes para que a rolagem de



Kleinübing

dívidas estaduais e municipais seja limitada a 98%.

Kleinübing ponderou que autorizações de 100% acabam criando a idéia de que "no

Brasil dívida não é feita para ser paga, nem mesmo 2%". Na sua opinião, quando o Senado concorda com a total rolagem das dívidas estaduais está afetando o povo, pois quanto mais títulos no mercado, mais altos ficam os juros, por causa da disputa entre os governos para conseguir venda de seus papéis.

Waldeck critica acordo da CAE

O acordo celebrado na Comissão de Assuntos Econômicos, que prevê o pagamento de 2% da dívida mobiliária dos estados e a rolagem dos 98% restantes, não leva em conta a capacidade de pagamento dos estados e prejudica aqueles que têm dívida contratual elevada em relação à mobiliária. O ponto de vista foi manifestado por Waldeck Ornelas em discurso pouco antes de os senadores votarem a resolução permitindo a Bahia rolar a totalidade de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre do próximo ano.

Ademir quer evitar a concentração de recursos na União

Duas emendas à proposta que cria o Fundo de Estabilização Fiscal, em substituição ao Fundo Social de Emergência - ora em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado - foram apresentadas ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), por considerar que a medida, se não for alterada, provocará a concentração de recursos e poder político em mãos da União, enfraquecendo, cada vez mais, estados e municípios. Para ele, essa situação representaria uma ameaça à democracia e ao princípio federativo consagrado pela Carta de 1988.



Ademir

Redução da máquina em 35%, a sugestão

Vilson Kleinübing insistiu que os estados devem fazer cortes de gastos, equilibrando suas finanças. O senador catarinense teve apoio do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), o qual sugeriu que os governadores e prefeitos devem reduzir em 35% o tamanho da máquina pública. Jefferson Peres (PSDB-AM) também concordou em que os estados devem fazer um esforço para equilíbrio de suas contas.



Lúdio



Jefferson



Amin

Ao final, a resolução sobre a Bahia foi aprovada, com o limite de 100%. A resolução vale para a dívida mobiliária do estado vencível no primeiro semestre do ano que vem. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) anunciou sua disposi-

ção de apresentar resolução estendendo a rolagem de 100% a todos os estados que, nos últimos meses, receberam autorização de 98%. O plenário aprovou, na mesma sessão, que Sergipe e Ceará tomem financiamentos junto ao Banco Mundial (de US\$ 36 milhões e de US\$ 62,7 milhões). Já a prefeitura do Rio poderá contratar empréstimo de US\$ 180 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Para Campos, transporte exige investimentos

O custo do frete no Brasil é duas vezes mais caro do que nos países desenvolvidos, afirmou ontem o senador Júlio Campos



Júlio Campos (PFL-MT), ao sustentar que, apesar de essencial no processo de desenvolvimento de qualquer país, o setor de transportes não tem merecido dos últimos governos um tratamento prioritário.

Júlio Campos lembrou que foi mediante parceria com o setor privado que se concluiu a superestrutura do trecho prioritário da Ferrovia do Aço, e pregou a necessidade de arrendamento da malha ferroviária a operadores privados de transportes, numa forma de parceria mais abrangente.

O senador explicou que este é o meio mais realista de viabilização dos investimentos necessários para recuperar e modernizar o sistema ferroviário brasileiro, de forma a compatibilizá-lo com as exigências atuais da economia e da sociedade.

Conforme Júlio Campos, a Rede Ferroviária Federal detém 73% da malha brasileira. "de sorte que, para onde ela for, para aí vai o setor ferroviário como um todo". Campos disse que a ausência de investimentos e a desorganização do Estado serviram para inviabilizar a área de transportes. Em apertes, Ney Suassuna (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Waldeck Ornelas (PFL-BA) mostraram-se impressionados com a negligência no setor de transportes.

CCJ aprova parecer sobre emendas à Lei de Patentes

Restrição ao pipeline é mantida, enquanto se admite, com restrições, o patenteamento de microorganismos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre as emendas apresentadas no plenário da Casa ao projeto de Lei de Patentes. Doze emendas foram incorporadas ao projeto e outras 12 rejeitadas.

O parecer manteve a restrição à adoção do *pipeline* - instrumento que retroage o reconhecimento de patentes - e incorporou duas novidades em

relação ao parecer anterior aprovado pela CCJ: adoção de prazo de cinco anos para a entrada em vigor da Lei de Patentes e a admissão de patenteamento de microorganismos transgênicos e patenteáveis por processo ou produto.

O relatório Suassuna foi aprovado por unanimidade e diversos senadores destacaram a qualidade do trabalho.

Os pareceres da CCJ e da

Comissão de Assuntos Econômicos serão submetidos ao plenário. O que for aprovado será apreciado pela Câmara.

■ O senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) foi designado ontem, na CCJ, relator da proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Estabilização Financeira (FEF), a vigorar por 18 meses, em substituição ao Fundo Social de Emergência.

Freire cobra atitude contra bloqueio de contas pelos EUA

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou ontem que o Itamaraty deve exigir do governo dos Estados Unidos o imediato desbloqueio das contas de 12 diplomatas brasileiros



Freire

sediados na embaixada em Cuba. Freire criticou as gestões do Ministério das Relações Exteriores e do embaixador brasileiro em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima, que resultaram em autorização para os diplomatas movimentarem até 2 mil dólares de suas contas.

Para Suplicy, não cabem gestões deste tipo, pois o ato fere o direito internacional e atinge o Brasil em sua soberania. Além disso, aceitar a

solução negociada implica, segundo ele, aceitar também o bloqueio econômico dos EUA contra Cuba. Como o Senado aprovou um voto de repúdio ao bloqueio, Freire solicitou que os senadores também exijam que "essa intromissão totalmente indevida" seja suspensa.

Freire explicou que as contas atingidas são mantidas na agência do Banco do Brasil em Nova York, e que a medida decorre de legislação interna dos EUA. Assim, a seu ver, a decisão só se aplica a cidadãos norte-americanos.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou a atitude norte-americana "inadmissível".

Suplicy quer ver a pasta cor-de-rosa do Econômico

A possível existência de uma pasta cor-de-rosa em poder do Banco Central, pertencente ao Banco Econômico e que conteria uma lista de políticos beneficiários de dinheiro daquela instituição, deverá ser esclarecida pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, segundo requerimento apresentado ontem à Mesa pelo líder do PT no Senado, Eduardo Suplicy (SP). Ele também disse que, ao contrário do que imagina parte da imprensa, o caso Sivam não está encerrado, e o Senado tem ainda muito trabalho a realizar. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordou com Suplicy.



Suplicy

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalitne e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Soraia do Carmo ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**